



## Intelectuais na “selva brasileira”: representações de imigrantes poloneses sobre o Brasil e seus habitantes no final do século XIX

<http://dx.doi.org/10.4025.dialogos.v22i3.41597>

Rhuan Targino Zaleski Trindade

Universidade Federal do Paraná, UFPR, Brasil. E-mail: [rhuan.trindade@hotmail.com](mailto:rhuan.trindade@hotmail.com)

---

---

<b>Palavras-chave:</b> imigração polonesa; cultura do imperialismo; intelectuais.	<b>Resumo:</b> Durante a “febre brasileira”, parte do processo migratório polonês para o Brasil, na última década do século XIX, diversos intelectuais poloneses acompanharam o deslocamento, instalação e adaptação dos patrícios nos estados do sul. Os intelectuais provindos a serviço de uma sociedade científica chamada Grupo de Lwów, localizado na parte austríaca da Polônia partilhada, vinham com ideais de analisar a presença dos poloneses já instalados e acompanhar a trajetória dos novos emigrantes. Ao produzirem textos, deixaram suas impressões sobre o Brasil e seus habitantes, as quais analisamos com base nas representações da cultura no auge do imperialismo, vigente no contexto do continente Europeu.
<b>Key words:</b> polish immigration; imperialism culture; intellectuals.	<b>Intellectuals in the "Brazilian jungle": representations of Polish immigrants about Brazil and its inhabitants in the late 18th century</b> <b>Abstract:</b> During the "Brazilian fever", part of the Polish immigration process to Brazil, in the last decade of the nineteenth century, several Polish intellectuals accompanied the displacement, installation and adaptation of the patricians in the southern states. The intellectuals from a scientific society called the Lwów Group, located in the Austrian part of partitioned Poland, came up with ideals to analyze the presence of the Polish people already in place and to follow the trajectory of the new emigrants. In producing texts, they left their impressions on Brazil and its inhabitants, which we analyze based on the representations of the culture in the boom of imperialism, in force in the context of the European continent.
<b>Palabras clave:</b> inmigración polaca; cultura del imperialismo; intelectuales.	<b>Intelectuales en la "selva brasileña": representaciones de inmigrantes polacos sobre Brasil y sus habitantes a finales del siglo XIX</b> <b>Resumen:</b> Durante la “fiebre brasileña”, parte del proceso migratorio polaco para Brasil, en la última década del siglo XIX, diversos intelectuales polacos acompañaron el desplazamiento, instalación y adaptación de los patricios en los estados del sur. Los intelectuales provenientes del servicio de una sociedad científica llamada Grupo de Lwów, situado en la parte austríaca de Polonia compartida, venían con ideales de analizar la presencia de los polacos ya instalados y acompañar la trayectoria de los nuevos emigrantes. Al producir textos, dejaron sus impresiones sobre Brasil y sus habitantes, las cuales analizamos con base en las representaciones de la cultura en la altura del imperialismo, vigente en el contexto del continente europeo.
<b>Artigo recebido em:</b> 05/02/2018. <b>Aprovado em:</b> 10/09/2018	

## Considerações iniciais

O processo da imigração polonesa para o Brasil foi marcado pela vinda de camponeses em busca de terras para a agricultura localizadas nos estados do sul do país. No entanto, apesar da dominação estrangeira<sup>1</sup> durante o auge do período imigratório (1869-1914) e o fato de serem minoritários (WACHOWICZ, 1974)<sup>2</sup>, intelectuais poloneses da região pertencente a Áustria e a Rússia, desde os primeiros anos da emigração, acompanharam o deslocamento e assentamento de seus compatriotas em terras brasileiras. Vários cientistas e jornalistas<sup>3</sup>, especialmente da cidade de Lwów (atual Lviv, na Ucrânia), na então Galícia austríaca, seguiram os imigrantes e visitaram os locais de assentamento a serviço de periódicos e associações.

Estes intelectuais produziram textos e documentos em que descrevem não apenas a

trajetória emigratória, mas também, suas visões, imagens, construções simbólicas e impressões acerca da terra de acolhida, notadamente, quanto ao seu aspecto natural, físico e social, ademais de avaliações sobre seus habitantes (brasileiros de diferentes ascendências), os quais eram analisados por estes intelectuais de acordo com características específicas, tanto fenotípicas, como comportamentais e culturais. Estes textos são produzidos dentro do contexto de auge do imperialismo europeu, segundo Hobsbawm (2002), ocorrido entre 1875-1914. A despeito de, naquele momento, a própria Polônia estar de alguma maneira sendo objeto do colonialismo e de políticas de despolonização dos impérios dominadores, os intelectuais enviados para avaliar as condições da imigração na América estavam imbuídos de uma cultura imperialista de superioridade europeia e colonialista, inclusive com ideias de conquista territorial.

Com base nestes aspectos, revisitamos textos e relatos dos intelectuais de Lwów, notadamente as memórias de Stanisław Kłobukowski e Antoni Hempel, que acompanharam os imigrantes e foram largamente citados em estudos sobre a presença polonesa no Brasil. Os textos foram escolhidos diante de uma vasta gama de intelectuais que estiveram no país, como Józef Okołowicz, Józef Siemiradzki, Witold Łązniewski, entre outros. Optamos por aqueles traduzidos ao português, bem como representativos, de um modo geral, das formulações simbólicas da intelectualidade polonesa. Como afirma Oliveira (2009, p. 230),

<sup>1</sup> Em 1795, a Polônia é partilhada pela terceira vez e deixa de existir, seu território fica sob domínio dos Impérios Russo, Austríaco e Alemão até 1918.

<sup>2</sup> Segundo Wachowicz, com dados do *Kalendarz Ludu* de 1948, eram apenas 0.5% dos imigrantes poloneses chegados no Brasil.

<sup>3</sup> As primeiras obras foram encomendadas por jornais poloneses como *Słowo* (A Palavra) e *Kurier Warszawski* (Correio Varsoviano), escritas pelo Padre Chelmicki e A. Dygasinski, os quais retrataram as condições da imigração e assentamento dos poloneses com um caráter extremamente negativo. A serviço dos latifundiários poloneses, o objetivo, em resumo, era desestimular a crescente emigração corrente ao longo dos anos 1890, período da “febre brasileira”. Esses textos publicados pelos periódicos ao que parece não surtiram o efeito desejado, uma vez que a emigração polonesa manteve, até a Revolução Federalista, um caráter massivo constante. Não analisaremos estas obras especificamente, pois necessitariam de um trabalho a parte, uma vez que estão num período de inflexão do pensamento sobre a emigração polonesa, que ganha novos olhares a partir das análises do grupo de Lwów.

entre vários escritos: “sobressaíam-se os de Hempel e Klobukowski, membros da mesma expedição científica enviada ao Brasil e à Argentina no começo dos anos 1890 a fim de conhecer em detalhes as condições de vida e de trabalho dos emigrantes poloneses”.

Partimos, no entanto, de um ponto de vista original para estas fontes, que engloba o vínculo entre cultura e imperialismo e da noção de *representações*, buscando analisar neste artigo: como os intelectuais poloneses se referiam ao Brasil e seus habitantes no final do século XIX, durante o período da imigração massiva europeia, e quais as representações construídas e seus vínculos com o contexto do imperialismo europeu no período.

A fim de explorar as fontes, pensamos o trabalho com uma seção inicial tratando do ponto de vista teórico geral balizador das nossas análises, posteriormente, refletimos sobre diferentes *representações* dos intelectuais poloneses sobre o Brasil: o ideal de “missão civilizadora” (do qual deriva o mito da “terra vazia”); o da “degenerescência” e do “racismo científico”; e por fim, do “colonialismo territorial”, aspectos principais abordados pelos autores nas fontes e pelos quais buscamos entender a “lógica imperial” entre os intelectuais poloneses.

### **Imperialismo e cultura: aspectos categoriais e semânticos**

O imperialismo deve ser considerado

sob dois aspectos importantes: a) o elemento econômico fundamental que liga as práticas imperialistas com o capitalismo; e b) a dinâmica cultural que, balizada pela noção de “fardo do homem branco”, geriu uma justificativa para o desenvolvimento do colonialismo. Portanto, não podemos negar a importância dos apelos políticos, ideológicos, patrióticos, nacionalistas e raciais que são associados à expansão imperial.

A legitimação da conquista imperial estava lastreada, sobretudo, num ambiente social favorável, através da propaganda do desenvolvimento econômico e das bases ideológicas de manutenção da política imperial. Como Said (2011) propugna, existia uma visão do dominador sobre o dominado, que inferiorizava e justificava a conquista, ou seja: “potentes formações ideológicas que incluem a noção de que certos territórios e povos *precisam* e imploram pela dominação [...]” com ideias sobre a cultura que “eram explicitadas, reforçadas, criticadas ou rejeitadas a partir das experiências imperiais” (2011, p. 43). Configurando-se, assim, uma “cultura imperialista”, que se baseava na superioridade da civilização europeia e da raça branca, através de sua arte, religião e tecnologia, indo muito além da busca do lucro e permitindo o estabelecimento do império sob uma ótica positiva internamente, ou seja, a conquista (ou no nosso caso, o objetivo de conquistar), o domínio territorial de terras estrangeiras (em geral, no ultramar), já habitadas por povos

nativos.

Os processos imperialistas conformam, assim, “estruturas de sentimento” que sustentam, elaboram e consolidam o imperialismo antes mesmo da conquista territorial e que vão continuar existindo após a independência das colônias (SAID, 2011, p. 49). Sendo assim, a noção da *territorialidade*, de efetivamente ocupar um território como *dominium* político, uma colônia *stricto sensu*, não é fundamental para entender as construções simbólicas imperialistas sobre vastas porções do planeta.

Muitos autores escreveram sobre o imperialismo e a visão eurocêntrica conformada a partir de seu estabelecimento. O universo ideológico é fundamental para Arendt (2013), para além do elemento expansionista e econômico. A raça e o racismo foram importantes como justificativa para a imposição de modelos políticos, econômicos e civilizatórios, dando baliza para as guerras e a opressão, os quais permitiam a subjugação de diferentes povos considerados inferiores, sua exploração e uso da violência, elementos apropriados posteriormente pelo totalitarismo.

Anne McClintock (2010), em “Couro Imperial”, realiza um apelo por uma “investigação renovada e transformada das relações não reconhecidas entre a psicanálise e a história socioeconômica”, a fim de refletir sobre o imperialismo. Explora a dinâmica colonial do século XIX, com o advento do discurso do progresso europeu que imputava

o patriarcado, a ordem econômica branca e a ordem política global do império.

A autora traz importantes conceitos como “pornotrópicos”, “espaço anacrônico” e “tempo panóptico”, categorias as quais consideramos úteis para refletir a configuração do imperialismo no âmbito simbólico da cultura e da psicanálise. Assim, a configuração de um reordenamento das questões raciais são prementes para o desenvolvimento do imperialismo para além da história acerca de negros e brancos, mas, como as categorias de branquira e negritude, masculinidade e feminilidade, trabalho e classe, passaram a existir historicamente, desde o início, pela exclusão.

Ao encarar o modo como o Brasil e os brasileiros (negros, mestiços, indígenas, de origem europeia e outros) são referidos pelos poloneses, partimos das noções tropológicas, a fim de pensar sobre as formulações dos tropos imaginários como elemento preponderante para entender a construção do Brasil na escrita de imigrantes estrangeiros. Como coloca Said, o imperialismo trata de pensar, colonizar, controlar terras que não são nossas, que estão distantes, que são possuídas e habitadas por outros. Esses “outros”, os nativos, tornam-se um “problema” diante dessa necessidade da terra, um “jogo de territórios e possessões, geografia e poder” (SAID, 2011, p. 39).

Desse problema, que Said admite a importância da narrativa (no caso dele ficcional literária) ao examinar o

imperialismo: “quando se tratava de quem possuía a terra, quem tinha o direito de nela se estabelecer e trabalhar, quem a explorava, quem a reconquistou e quem agora planeja seu futuro – essas questões foram pensadas, discutidas e até, por um tempo, decididas na narrativa”, isto é, “O poder de narrar, ou de impedir que se formem e surjam outras narrativas, é muito importante para a cultura e o imperialismo, e constitui uma das principais conexões entre ambos” (SAID, 2011, p. 11).

### Os intelectuais poloneses e a “missão civilizadora”

A Sociedade Comercial e Geográfica de Lwów, na Galícia Austríaca<sup>4</sup>, era uma instituição formada por intelectuais nacionalistas poloneses que no final do século XIX começou a se preocupar com o tema da emigração. A instituição envia, junto aos imigrantes, vários intelectuais a fim de visitar as colônias antigas (fundadas desde 1869) e

<sup>4</sup> A região da Galícia foi a parte destinada a Áustria na partilha da Polônia no século XVIII. A região era ocupada por uma maioria polonesa na parte ocidental, com centro em Cracóvia, e por rutenos (ucranianos) na parte oriental com centro em Lwów. Na Galícia austríaca havia maior autonomia cultural aos poloneses, comparado a áreas sob domínio prussiano e russo. Em função das dificuldades da dinastia Habsburgo em controlar todas as etnias presentes no Império, a região permitia mais liberdades para os poloneses, que podiam usar seu idioma e professar sua religião, bem como maior autonomia política, de suas universidades, onde era possível falar e publicar em polonês, atraíam intelectuais poloneses das partições russa e alemã o que possibilitava a existência de instituições decisórias ou como a Sociedade Comercial e Geográfica, bem como políticas de auxílio ao movimento emigratório. . Cf.: WEBER, Regina, TRINDADE Rhuan Targino Zaleski. Imigrantes poloneses no Brasil no contexto da dominação austríaca. *Revista del CESLA*, n. 19, 2016, pp. 269-289.

mais recentes, com o fito de produzir relatórios e artigos para publicação principalmente na *Gazeta Handlowo-Geograficzna* (Revista Comercial – Geográfica) e no jornal *Przegląd Emigracyjny* (Jornal de Emigração) ambos de Lwów, onde, com base em informações sobre viagens e assentamentos dos imigrantes, políticas voltadas para o estabelecimento de um controle racional da emigração e melhoramento das condições de viagem e assentamento seriam elaboradas (MAZUREK, 2016).

Klobukowski (1852-1917), um economista, jornalista e pesquisador da emigração polonesa, foi um dos fundadores da Sociedade Comercial e Geográfica. Seus relatos da viagem para o Brasil são publicados em 1898 com o título *Wspomnienia z Podróży* (Recordações de Viagem), texto traduzido para o português em 1973 e publicados nos Anais da Comunidade Brasileiro – Polonesa. O autor visitou em 1895-1896 os estados sulinos do Brasil e retornou várias vezes ao país, onde veio a falecer, próximo a Palmas. Hempel teve seu texto *Polacy w Brazylii* (Poloneses do Brasil) de 1893, igualmente traduzido nos mesmo Anais no ano anterior, em 1972. Hempel (1865 - 1923) era um dos grandes pesquisadores sobre questões rurais e um ativista polonês pró-independência, bem como conhecedor do tema emigratório. O autor visitou poloneses em São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, entre 1890 e 1891, missão que teve a coordenação de Klobukowski.

Este período, final do século XIX, foi o

de maior fluxo imigratório polonês para o Brasil e um momento de inflexão do pensamento na Polônia, período chamado de “febre brasileira” (1890-1894). Estes nacionalistas poloneses iniciaram uma avaliação para ao invés de impedir a emigração evidenciando seus problemas, como ocorreu com a vinda dos primeiros estudiosos, analisar o potencial colonizador dos emigrantes (OLIVEIRA, 2009) e racionalizar o processo imigratório.

A bibliografia sobre a imigração europeia tem demonstrado como o Brasil, através de intelectuais da elite e agentes do governo, pensou esse processo como um meio de “melhorar o país” (LESSER, 2015), garantindo um aperfeiçoamento e a crença da criação e melhoramento futuro da “raça brasileira”. A herança indígena e negra, e até mesmo a ibérica, era vista, dentro de um contexto de ideias raciais, como inferior e um entrave para o desenvolvimento brasileiro.

A chegada de europeus, em especial, aqueles que estivessem no topo da hierarquia racial, era considerada elemento de superioridade para a efetivação do *branqueamento* do Brasil, prevalecendo a raça branca através da miscigenação (SEYFERTH, 1996). Nesse contexto de racialização da sociedade em seus diferentes âmbitos, os europeus chegavam com uma “missão civilizadora” para desenvolver o país, frente os indígenas e negros que o tornavam mais primitivo. “Branquear” era civilizar, tornar

melhor, desenvolver do ponto de vista econômico e social.

Para além da imigração voltada para a substituição da mão de obra escrava nos cafezais do centro do país, a ocupação dos territórios no sul do Brasil era um dos meios de tornar possível esse desenvolvimento pelo *branqueamento*. A criação de colônias de agricultores europeus, produtores de bens alimentícios, que servissem de alternativa ao grande latifúndio ganadeiro ou da exportação de café, eram propostas desenvolvidas desde a primeira metade do século XIX.

As colônias polonesas surgem nesse contexto, sendo espaços para a ocupação de terras por agricultores que habitassem o lote e produzissem para sua subsistência e para o mercado interno. Com a chegada destes imigrantes no interior rural, deveria também crescer pequenas cidades, ocorrer a expulsão da população local de caboclos e indígenas e a exploração de uma cultura agrícola racional, com técnicas e produtos europeus, num sentido igualmente civilizador. Para Lesser (2015) os europeus logo perceberam a necessidade de negociar sua identidade se colocando em posição iminentemente superior aos negros e também aos indígenas, valorizando sua *branquitude* e, junto dela, seu caráter civilizacional. Assim, nos escritos que analisamos, a postura de superioridade europeia, através das representações sobre o “outro”, é colocada em análise através de comparações com a sociedade local, sua população e

desenvolvimento anteriores à chegada dos imigrantes, pensando a partir da lógica de hierarquias raciais compostas pela literatura do período.

A construção do “saber” e da constituição dele numa “ciência global”, dominada pela Europa e potencializada pelo Iluminismo permite a confirmação de uma ordenação planetária: “A ciência global da superfície era um projeto de conversão, dedicado a transformar a terra numa única moeda econômica, uma única origem da história e um padrão universal de valor cultural – posto e administrado pela Europa” (MCCLINTOCK, 2010) – isto é, a autoridade masculina europeia expandida para todo o planeta.

A ciência global, que torna a história humana linear e comum, enxerga o mundo hierarquicamente a partir da Europa, aspecto sob o qual advém a noção do *tempo panóptico* enquanto “a imagem da história global consumida – com um olhar – num único espetáculo a partir de um ponto de invisibilidade privilegiada” (MCCLINTOCK, 2010, p. 67). Os povos menos desenvolvidos seriam considerados atávicos dentro da noção linear evolutiva da história humana, do “ideal de progresso” do século XIX, conforme apropriada através dos evolucionistas sociais e darwinistas.

A alteridade e a identidade se conformam *pari passu*, na medida em que, num contexto interacional, ao identificar o “nós”

frente os “outros”, os poloneses, e imigrantes de maneira geral, se posicionavam diante dos então chamados “brasileiros”, com características desabonadoras, a fim de se constituírem dentro de uma hierarquia social, a qual mesmo antes de sua vinda, já os posicionava acima na pirâmide racial e cultural, de acordo com a própria intelectualidade brasileira<sup>5</sup>.

As construções identitárias são pensadas na perspectiva do *mundo como representação* na avaliação de Chartier (2003). Conceitos e noções de representação coletiva, para o autor, permitem articular três modalidades de relação com o mundo social intercruzadas, portanto, relacionadas: a) o trabalho de classificação e de recorte que produz configurações intelectuais múltiplas pelas quais a realidade é contraditoriamente construída pelos diferentes grupos que compõem uma sociedade; b) As práticas que visam a fazer reconhecer uma identidade social a exibir uma maneira própria de ser no mundo e c) as formas institucionalizadas e objetivadas em virtude das quais representantes – instâncias coletivas ou indivíduos singulares – marcam de modo visível e perpétuo a existência do grupo, da comunidade ou da classe.

O autor enfatiza, então, as lutas por representação (CHARTIER, 2003, p. 33). De

---

<sup>5</sup> O caso polonês pode ser relativizado diante da conformação de um preconceito antipolonês no Brasil, por parte mesmo de autoridades brasileiras, conforme GRITTI, Isabel. *Imigração polonesa no Rio Grande do Sul: a emergência de um preconceito*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 2002.

um lado, a construção das identidades sociais era resultando sempre de uma “relação de força entre as representações impostas pelos que detêm o poder de classificar e de nomear e a definição, de aceitação ou de resistência, que cada comunidade produz de si mesma”; de outro a consideração do “recorte social objetivado como a tradução do crédito conferido à representação que cada grupo dá de si mesmo, logo a sua capacidade de fazer reconhecer sua existência a partir de uma demonstração de unidade”.

As imagens construídas pelos poloneses são feitas, nesse sentido, a partir de lugares de fala e de visão, que rivalizam sobre o que é representado – e rivalizam porque querem atuar sobre este “objeto”, muitas vezes como alvo colonial. Ao descrever o “outro”, os intelectuais poloneses definem também o “ser polonês”, como um ser superior aos nativos brasileiros e posicionado como o “europeu civilizador”, ainda que necessariamente incompleto, precisando os imigrantes camponeses da intelectualidade para “melhorar” seu potencial colonizador.

Os intelectuais poloneses levantavam caracterizações críticas ao modo de vestir, de morar, plantar, a comportamentos como o consumo de álcool, falta de economia de recursos, em resumo, condições chamadas “semisselvagens” de reprodução social do elemento nacional, frente os imigrantes poloneses, que incorporavam a oposição àquelas representações, como o componente

laborioso e civilizador das matas brasileiras.

Hempel, logo na primeira página de seu texto aponta que o “destino dos povos da Europa é povoar os vazios da América, Austrália, África e Ásia. Atualmente o berço das futuras nações é a Europa e não a Ásia” (HEMPEL, 1972, p. 13), considerando que os imigrantes poloneses eram “miseráveis” que não faltariam ao país natal, mas os mesmos “emigrantes povoam o solo [estrangeiro] em prósperas colônias e não deixam margens a dúvidas quanto ao futuro desenvolvimento” (HEMPEL, 1972, p. 14).

Havia forte preconceito dos intelectuais poloneses com relação aos camponeses em seu país, um preconceito que remete à relação campo-cidade, que baliza estereótipos negativos com relação aos habitantes do âmbito rural, seja política, seja econômica ou socialmente (CARDOSO, 2002). O cônsul polonês Gluchowski (2005), ainda em 1927, ao analisar as colônias polonesas, se refere criticamente ao “conservadorismo”, “teimosia” e “obstinado atraso” do “camponês polonês”. Nesse contexto, a missão civilizadora fica destacada, quando aquilo que Hempel considera “massas miseráveis” da Europa, para a qual “não advirá nenhum proveito”, construiriam prósperas colônias nos países de imigração em outros continentes.

Nos escritos de Klobukowski, são constantes as noções de despovoamento do Brasil (KLOBUKOWSKI, 1973, p. 77), da transformação da floresta em terras cultivadas (1973, p. 73), da exploração das possíveis

riquezas e de empreendimentos (1973, p. 90) dos quais os poloneses, e europeus em geral, eram superiores ou detinham conhecimento (minas, criação racional de animais<sup>6</sup>, produção de laticínios, uso de adubos, etc.). Somado o aspecto econômico à organização dos poloneses, seus festejos nas antigas matas, isto é, o aparecimento da “cultura” na anterior “selva desabitada” (KLOBUKOWSKI, 1973, p. 68), se soma com o surgimento das cidades, das novas colônias, entre outros aspectos.

Juntamente com a “missão civilizadora”, está a noção apregoada por McClintock do “mito da terra vazia”, vinculada ao tema da “Terra virgem”. Este termo carrega um sentido de desposseção de gênero e raça, uma atuação negada das mulheres e dos colonizados. A terra virgem aguardando a inseminação masculina da história, da linguagem e da razão, permite a retirada do direito dos povos colonizados sobre o território. Pensando a partir da noção de que no imperialismo dentro das “terras vazias”, o avanço geográfico é um recuo no tempo histórico, o discurso colonial recorrente é de que os nativos não estariam espacialmente lá, mas no passado, sendo deslegitimados, como atávicos.

O *espaço anacrônico*, para a autora, corresponde a uma *cronologização* do espaço numa dicotomia entre o *arcaico x moderno*.

---

<sup>6</sup> Sobre a criação de ovelhas para lã, afirma a superioridade europeia propugnando que a gula brasileira acabou com uma tentativa de empreendimento, posto que os criadores teriam comido todos os animais trazidos para iniciar a produção (1973, p. 90).

“Os povos colonizados não habitam a história propriamente dita, mas existem num tempo permanentemente anterior no espaço geográfico do império moderno como humanos anacrônicos, atávicos, irracionais, destituídos de atuação humana – a encarnação viva do arcaico “primitivo”” (MCCLINTOCK, 2010, p. 58).

A natureza brasileira era vista como exuberante, o “jardim mais lindo do mundo” (HEMPEL, 1972, p. 78), permeado de matas e florestas, onde “não pisou o pé europeu”, as plantas e animais exóticos, os rios e as paisagens, todos são temas de longas descrições. Um espaço a ser explorado, “selvagem”, de “desertos”, “selva”, “florestas”, escassamente habitados por “bugres” e alguns poucos “caboclos”. As perspectivas de Klobukowski seguem as de Hempel: referências à natureza, às matas e selvas, as quais o autor se impressiona de existirem mesmo na capital, Rio de Janeiro, com florestas que considera que “não pisou o pé humano desde a criação” (KLOBUKOWSKI, 1973, p. 43). “A natureza encontra-se em estado selvagem e nós nos sentimos como se fossemos um pássaro a sobrevoar esses vazios de serra” (1973, p. 42).

O avanço em direção ao sertão, às colônias recentes, é permeado pelos relatos da presença de mais florestas, da precariedade das instalações dos colonos, bem como de vilarejos como cidades embrionárias, ou seja, um avanço no espaço anacrônico para dentro da mata, para a proximidade dos indígenas e caboclos semisselvagens, onde existia um retorno ao

passado, ao primitivo ou precário. Um avanço polonês sobre onde nunca havia o homem branco pisado, aos chamados “vazios demográficos”<sup>7</sup>, em que deveriam permear e sobrepujar as matas com plantações e pastagens, em suma, “civilizá-las”. A atuação dos nativos além de ser quase negada é referenciada de modo atrasado, nas representações de suas vestimentas, casas, cidades e demais elementos.

Para Hempel, o avanço das colônias polonesas é descrito junto ao afastamento da população brasileira para o sertão, a criação de cidades, a derrubada da mata para a plantação e os sinais da “civilização europeia”. O autor destaca poloneses que enriqueceram e as colônias que estão melhores. Compara a Joinville, de “ordem germânica”, “rica” e “abastada”, à cidade de São Francisco (provavelmente São Francisco do Sul, em Santa Catarina, próxima de Joinville e da fronteira com o Paraná), “brasileira”, “suja” e “desordenada”.

O desenvolvimento trazido pelos poloneses pode ser observado no exemplo sobre a pecuária leiteira e o uso de adubos, sobre os quais Klobukowski aponta o fato de “o

gado no Brasil goza[r] de uma excessiva liberdade, que chamaria de realmente “republicana”, “os brasileiros riem do uso de adubos e pouca utilidade vêm no gado a não ser para carne”, “não falam de manteiga [...] importam-na da França”, “somente os colonos poloneses e alemães possuem um processo mais avançado e racional de extrair leite”. Os colonos em Curitiba já possuíam currais onde recolhiam estrume “para adubar a terra” (KLOBUKOWSKI, 1973, p. 90). O melhoramento da pecuária, da agricultura, somada à urbanização, seriam demonstrativos verificáveis da implementação da civilização nos “vazios” do Brasil.

A missão civilizadora estava articulada com a necessidade de manutenção da *polonidade*, ainda que a Polônia como país independente não existisse<sup>8</sup>, isto é, de continuar os vínculos dos poloneses com um sentimento nacional sem ser “contaminados” pelo país de acolhimento, no sentido da *degenerescência* como verificaremos nas seções seguintes. Para tanto, os poloneses não poderiam se deixar assimilar, inclusive, um dos objetivos destacados destes intelectuais que acompanhavam os imigrantes era justamente evitar o abasileiramento.

<sup>7</sup> Regiões ocupadas por caboclos e indígenas, mas de atuação negada e expulsos, como atávicos dentro da noção de espaço anacrônico, que os nativos representavam frente o avanço “civilizatório” da imigração sobre o interior do sul do país. Por exemplo, ver: WACHOWICZ, Ruy Christovam. A imigração e os botocudos (Xoklég) do Taió. In: SIMPÓSIO NACIONAL DOS PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS DE HISTÓRIA, 4., 1967, Porto Alegre. Anais do IV Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História. Colonização e migração. São Paulo: [FFCL]-USP, 1969

<sup>8</sup> Hobsbawm analisa que o nacionalismo polonês não tinha um estado que o promovesse e, sim, voltava-se a recuperação deste, fundamentado numa comunidade mais religiosa que linguística, posto que havia muitas variantes de dialetos e línguas, enquanto o catolicismo popular polonês “propiciou um demarcador de fronteiras bastante efetivo e um significativo massificador da consciência nacional polonesa”. Portanto, o que existiria seria um *protonacionalismo* com o objetivo de lutar contra o dominador e recuperar a independência (HOBSBAWM, 1990).

Nas páginas iniciais, Hempel alude, como sua missão, evitar ao emigrante “perder-se para a vida e para o ideal polonês”, ao passo que deveria cultivar “a língua e conservar a raça, manter contato com a pátria-mãe, com a metrópole”. Em resumo, para o autor, “devem ser enviados esforços para preservar a nacionalidade entre os emigrantes e relações normais com a Pátria, o que será proveitoso para ambas as partes” (HEMPEL, 1972, p. 15).

Hempel demonstra a não assimilação dos poloneses:

O colono polonês têm em suas colônias suas próprias igrejas polonesas, escolas, moinhos, vendas casas comerciais, casas construídas à moda polonesa, carroças polonesas, cavalo com arreios poloneses. Quando vem a Curitiba, por exemplo, dirigem-se a negócios poloneses, onde perguntam por mercadorias polonesas, vão a bodegas polonesas para encontrar-se com patrícios de outras colônias. Iriam ao médico polonês, à farmácia polonesa, à livraria polonesa, afinal elegeriam um representante polonês para deputado ao Congresso, mas infelizmente há enorme falta de intelectuais [...] (HEMPEL, 1972, p. 95).

Para Hempel, as colônias polonesas no Paraná tinham seu futuro assegurado, com o crescimento demográfico e a vinda de intelectuais para cumprir determinados papéis: as “colônias polonesas apresentam-se como um só organismo e do ponto de vista da nacionalidade são razoavelmente uniformes e quase inteiramente polonesas” (HEMPEL, 1972, p. 95), de modo que as políticas para mesclar imigrantes de diferentes etnias não teriam funcionado, pois os imigrantes se

uniriam, não perdendo sua nacionalidade polonesa, assim o autor critica a política de colônias mistas do governo brasileiro, desenvolvidas a partir do período republicano.

O autor cita o exemplo da Inglaterra, Alemanha e Itália para o estreitamento das relações da Polônia com os emigrados, tanto do ponto de vista comercial, industrial, como na agricultura e ciência. Nesta última parte, podemos observar já um objetivo quase colonial, ainda que sem um Estado mobilizador, de aproveitar economicamente e politicamente o potencial populacional fruto da diáspora polonesa.

Em Klobukowski, a evolução trazida pelos poloneses, especialmente com a vinda de intelectuais, permitiria o surgimento de “poloneses com intenções superiores e que os brasileiros terão a oportunidade de conhecer aquela gente como nação, possuindo uma invejosa literatura e civilização superior, freada no momento por governos adversos, pela falta de independência política” (KLOBUKOWSKI, 1973, p. 85). Apesar de afirmar que, diferentemente de italianos e alemães, estes últimos vistos como possíveis conquistadores do Brasil (1973, p. 87), “os brasileiros deveriam possuir, menores temores por parte dos poloneses, que não tem nenhuma potência a respaldá-los” (1973, p. 52).

Verificamos através de Klobukowski, a falta da intenção de miscigenação e luta contra abasileiramento. Segundo o intelectual, evitar “casamentos mistos” seria a melhor forma de

manter a nacionalidade (KLOBUKOWSKI, 1973, p. 78). O autor afirma que os poloneses apesar de menosprezar a raça dominante, portuguesa no Brasil, mantendo sua língua e certa estreiteza na comunidade, já estariam vinculados à nova terra e a defenderiam. Décadas depois, muitos poloneses são criticados por terem assumido casamentos com brasileiros e costumes dos caboclos. Paradoxalmente, para melhorar o Brasil e ser um brasileiro melhor, seria importante manter a *polonidade*.

Noções de higiene, pureza e contaminação, permeiam o vocabulário imperial e a poética da degenerescência (MCCLINTOCK, 2010). O “medo” da miscigenação, isto é, da contaminação do sangue imperial, é um constructo do período, vinculado ao mesmo tempo à noção de sanitização, da necessidade de limpeza. Evitar a mistura sexual e mesmo os costumes mestiços ou dos nativos era um meio de garantir o progresso imperial, evitando a degeneração racial não-branca.

### **A população brasileira na visão dos intelectuais poloneses e o “racismo científico”**

Como demonstra Weber, a “convicção da excelência dos próprios costumes e da inferioridade dos alheios, com a qual se alimenta a honra étnica, é absolutamente análoga aos conceitos de honra estamentais”

Para o autor a “honra étnica é a honra específica das massas por ser acessível a todos os que pertencem à comunidade de origem subjetivamente imaginada” (1994, p. 269).

Quando admitida a existência dos nativos, há uma afirmação do “racismo científico”, como a “tentativa de colocar o ordenamento social e a inaptidão social num pé biológico” e racional (MCCLINTOCK, 2010, p. 87) aliada à “poética da degeneração” como crise social.

A eugenia, vinculada a um vocabulário biológico, pensando em medições e identificações de raças, permitiu a cientificização da degenerescência, com a hierarquização dos homens em estágios de desenvolvimento, a partir de diferentes figuras, em que o branco europeu estava no topo frente a outros grupos considerados atávicos e inferiores, dentre de uma noção de linearidade da história humana e da mencionada ciência global.

Estas ideias permearam a literatura com a noção de progresso imperial, a história global e linear, a degenerescência, a construção de uma organização simbólica do mundo, a dominação pelo uso da razão e a criação da necessidade de higiene racial. Daí os autores poloneses recorrerem a avaliações baseadas nesses elementos para o constructo de seus argumentos, as noções de missão civilizadora, ou superioridade dos colonos poloneses frente aos habitantes nativos brasileiros, que são deslocados num *espaço anacrônico*, por vezes sendo empurrados para o sertão, para o mais

“primitivo”, ou então, vistos como inferiores a serem superados pela civilização europeia e essa superioridade representada na agricultura, na condição da moral altiva e na própria raça branca inerente.

Klobukowski ao partir de hierarquizações de raça e etnias, compara frequentemente os poloneses, “como raça eslava forte”, a outros povos europeus. No Brasil, os soldados locais são vistos como ladrões, que se “engraçavam” com as mulheres polonesas e a falta de “coragem” dos brasileiros frente os poloneses era frequentemente atestada pelo autor.

De acordo com Hempel, os caboclos são considerados hospitaleiros e receptivos, mas suas casas, “vendas”<sup>9</sup> e modos de vida, são determinados como primitivos, descuidados e pobres. Discorre inclusive sobre o desleixo da estação de trem e das cidades “brasileiras”. Esses argumentos podem ser inseridos na lógica de um “racismo mercantil” conforme estudado por McClintock, em que vestir, lavar e existir uma domesticidade higiênica, era sinônimo de progresso, do próprio progresso imperial. Ao pensar a degenerescência, avança para além do cromatismo (da cor da pele) para a noção de *degeneração doméstica*, a qual se refere a um barbarismo ou primitivismo representados na preguiça, desleixo, falta de dedicação e ordem.

Casas observadas pelos autores como “sujas”, “desarrumadas”, “destruídas”, são

representações dessa degeneração e base para a hierarquização imperial. Hempel e Klobukowski deixam diversos relatos sobre as casas dos caboclos, permeada de frestas, chão batido e janelas de madeira, suas “vendas” e o desleixo de suas vilas, cidades e fazendas, apesar da “hospitalidade”.

Ao descrever a população brasileira da região da Lapa no Paraná, Hempel afirma que “passa[m] o dia nas vendas ou debruçada[os] nos parapeitos das janelas”, sendo o Brasil, o lugar da “paciência e da espera”. Também brasileiros são considerados indignos de confiança. Ao mesmo tempo em que existe a quase docilidade dos brasileiros, a população também é considerada selvagem (KLOBUKOWSKI, 1973, p. 65). Em outro momento, Hempel coloca que “ninguém gosta de se aproveitar da situação de um viajante em situação difícil, como o brasileiro” (1972, p. 67). O roubo e a violência eram considerados características presentes. A ponto de Klobukowski, em viagem solitária, atirar com seu revólver a esmo, quando percebendo a possível aproximação de um brasileiro (KLOBUKOWSKI, 1973).

A bebedeira também era uma característica reiterada. O autor descreve a destruição de um pórtico por brasileiros beberrões, que havia sido feito em sua homenagem numa colônia polonesa. O fato poderia ser uma representação da ruína da cultura, da elevação civilizacional polonesa frente à selvageria dos nativos.

<sup>9</sup> Como eram conhecidas casas comerciais das regiões coloniais.

Essas noções aparecem principalmente com suas descrições do que chama de “Revolução à brasileira” (KLOBUKOWSKI, 1973, p. 66), quando faz menções à Revolução Federalista (1893-1895). O autor sobressai os oficiais vindos do Rio Grande do Sul, “obcecados pela revolução”, as mortes sangrentas, crueldade, execuções, que segundo ele, causavam repulsa e horror nos poloneses partícipes do conflito, sempre demonstrando o não compartilhamento por parte dos colonos dessas situações. O sofrimento experimentado pelos poloneses é frequentemente relatado como resultado da selvageria dos brasileiros e da sua violência, embora, por vezes, anunciasse que poderiam ter existido retaliações por parte dos colonos.

Os indígenas também são vistos como um perigo constante. Sobre a região de Lucena (antiga Colônia Lucena, ocupada por poloneses, atual Itaiópolis, em Santa Catarina), “de matas infundas e árvores seculares”, onde sequer os caboclos teriam adentrado, afirma que eram os únicos habitantes até a chegada dos europeus e que “defendem seu habitat secular. Atacando os colonos brasileiros, roubam seus cavalos, seu gado e matam os intrusos” (HEMPEL, 1972, p. 69). Ao fim e ao cabo, existia uma negação da atuação de indígenas e caboclos, deviam ser empurrados para o interior a fim de permitir a cultura agrícola racional dos poloneses nas terras de matas incultas.

Os indígenas também são importantes no escrito de Klobukowski. Os botocudos são

considerados uma das “tribos mais selvagens. Os nossos colonos estão expostos aos seus ataques” (KLOBUKOWSKI, 1973, p. 63), com famílias sendo assassinadas, crianças mortas para não chorarem, roubo de mantimentos, que eram espalhados no campo, pois, segundo o autor, os indígenas não saberiam o que fazer com sementes ou farinha. Conforme Klobukowski, os poloneses não se deixavam afugentar pelos indígenas, uma vez que as “melhores terras encontram-se exatamente onde os indígenas possuem suas tabas”, representação de mais um tropo da *terra vazia*, que mesmo habitada por nativos, deveria ser ocupada com colonos para a produção agrícola e por serem os poloneses mais persistentes, em relação a outros imigrantes, os quais fugiriam em razão dos ataques.

A escravidão, já findada, é também tema importante para Hempel, que a considera uma “vergonha para a humanidade”, demonstrando ter visto chicotes, algemas, casas de escravos e outros atestados dessa situação, exemplos práticos do “atraso” brasileiro, sob o ponto de vista daqueles escritores. Descreve resquícios no Brasil de maus tratos com os negros: chibatadas em empregados e exploração continuada nas fazendas, como exemplo do retrocesso do país. Para o autor, “a força da imposição. Dificilmente desaparecerão os sinais da escravidão e humilhação seculares”. Em São Paulo, escandaliza-se com a exploração dos imigrantes, que seria descrita tal e qual a dos escravos nos cafezais, inclusive com a utilização

das senzalas que os negros já não queriam morar.

Lesser (2015), ao analisar a imigração para o Brasil, demonstra como a situação da escravidão era motivo de escândalo para os observadores e imigrantes europeus, ademais, como a condição dos recém-chegados nos cafezais era comparada à exploração dos negros, este um fator gerador de dúvidas quanto à liberação da imigração ao Brasil por parte dos países de saída e dos próprios indivíduos que objetivavam imigrar.

Apesar de observar os resquícios da escravidão com certa benevolência, a população negra é vista como “preguiçosa”, descrita pelo excessivo consumo de cachaça, presença de doenças, casas simples, pequenas, sem mobília. Roupas coloridas, práticas de cura ancestrais primitivas, que Hempel enxerga como “inúteis”, somadas à inobservância das obrigações religiosas, apesar de batizados.

### **O ideal territorial: imperialismo e colonialismo**

Num sentido geral, em nosso texto, privilegiamos as representações construídas pelos intelectuais poloneses num contexto específico, que envolve cultura e imperialismo como apregoado por Said, mas também os tropos constituídos pelos europeus frente os “outros” não-europeus, no âmbito simbólico. Contudo, a territorialidade, parte integrante do imperialismo, era uma questão complexa para

os poloneses. Primeiramente diante do fato de não existir um estado nacional, bem como de a própria população polonesa era vítima de políticas de cunho imperialista, como o *Kulturkampf* de Bismarck ou as práticas de *russificação*. Estas práticas conduziam à proibição do uso da língua polonesa e sua toponímia, da profissão da fé católica, da ocupação de cargos públicos, a expulsão de camponeses poloneses, entre outras atividades caracteristicamente imperiais voltadas à dominação.

Em segundo lugar, o Brasil, bem como as Américas em geral, graças a Doutrina Monroe e a independência obtida no início do XIX, escaparam à dominação imperial direta das potências europeias, ou seja, da conquista política de um *dominium*. Assim, existem limitações ao pensarmos os poloneses no Brasil sob o panorama territorial.

A colonização ocorria de um ponto de vista agrícola e de assentamento populacional, e não político, econômico ou militar. A ocupação dos territórios era fruto de uma política de estado brasileira, quiçá, uma espécie de *colonialismo interno*, mas não havia, como não poderia haver, uma política emigratória polonesa para com a diáspora constituída desde a segunda metade do século XIX. As ações estavam resumidas a entidades independentes como a Sociedade Comercial e Geográfica.

Apesar destas limitações, as construções dos intelectuais poloneses, baseadas na “missão civilizadora”, na noção de “terra vazia” e no

“racismo científico”, que deslegitimavam a população nativa da ocupação do território, expressam ideais territoriais e imperialistas embrionários. Já no século XIX, ainda sem um estado polonês independente, a ideia de "Nova Polônia" aparece no Brasil com estes intelectuais. Esta expressão passou, inicialmente, a designar as colônias instaladas nos arredores de Curitiba na década 1870, mas adquiriu um sentido especial na “carta à colônia polonesa do Paraná”, escrita em 1885 por Alfredo Escragolle Taunay, político imperial e ex-presidente da Província do Paraná, que se mostrava enfaticamente preocupado com a sorte dos poloneses: “Escrevam todos aos malaventurados de lá, que aqui há uma Nova Polônia, em que habitam a felicidade e a segurança, contrapostos às desgraças e incertezas da Velha Polônia”. A expressão é utilizada como propaganda para a colônia polonesa e para a emigração,

Outro intelectual do Grupo de Lwów, Józef Siemiradzki, escreve em 1899 um texto em francês intitulado *La Nouvelle Pologne*. Para Wachowicz, o acesso à terra e o cultivo da nacionalidade são elementos principais da visão de Nova Polônia que estava presente na Sociedade Geográfica, uma oposição à dominação do cenário europeu: “[...] pretendia transformar a maciça emigração polonesa para o Paraná em um sustentáculo da liberdade nacional” um local, “onde os poloneses pudessem permanecer poloneses, num clima de liberdade, onde a terra não fosse tirada de

ninguém e todos os camponeses a tivessem com fartura” (WACHOWICZ, 1970, p. 41).

Klobukowski denomina a colônia polonesa no Paraná sob a expressão “Nowa Polska” (KLOBUKOWSKI, 1973, p. 15), como uma “comunidade” que haveria de “florir”. Para o autor, no Paraná, “formar-se-á realmente uma sociedade neo-polonesa” seguindo o exemplo “de nações vitais que se desenvolvem além de suas fronteiras etnográficas, faz-se necessário conhecer os terrenos e a situação, em que nossa gente se encontra ou poderá encontrar-se” (KLOBUKOWSKI, 1973, p. 15).

Conhecer também era uma forma de dominação, bem como estabelecer definições, isto é, representações sobre um determinado local e sua população, através da “razão” científica (MCCLINTOCK, 2010), permitem nomeações e hierarquizações feitas pelos europeus baseadas no iluminismo e no progresso imperial de caráter dominador, tendo o poder de dizer e estabelecer análises sobre o “outro”.

Como Hempel estabelece em seu texto, ao descrever longamente a geografia do Paraná, a localização das colônias polonesas e seu estado de desenvolvimento, Klobukowski também segue uma forma de escrita parecida, mas mais otimista que seu companheiro de viagem e pensando mais detidamente sobre o potencial da colônia polonesa para o comércio, indústria e expansão da Polônia na Europa. O autor explora o litígio do Brasil e Argentina pela

região de Palmas<sup>10</sup>, onde surgem objetivos coloniais e territoriais poloneses:

[...] a faixa em litígio deveria ser dada a qualquer nação simpática Alemães, Italianos e Franceses são simpáticos mas perigosos, pois cada um deles possui uma frota e exército poderosos. O mais prático seria entregar a referida faixa de litígio fatal na América do Sul, a alguém que não constituísse perigo para ninguém na América Latina, ou seja, a Suíça ou os poloneses. O primeiro país não possui uma frota, os outros não gozam de independência e não possuem exército. Poderiam formar no centro da América Latina, algo semelhante à Suíça, um núcleo de civilização, numa região sobremodo bela, a exemplo das pegadas das antigas reduções jesuíticas, em meio à comunicação fluvial e nas suas proximidades, pois o futuro é promissor do ponto de vista cultural e econômico (KLOBUKOWSKI, 1973, p. 107).

Essa citação resume as representações até aqui expostas de acordo com os autores sob a perspectiva imperialista: a necessidade territorial, o avanço civilizacional que a presença dos poloneses, apesar da falta de intelectuais e do empreendedorismo dos colonos, trariam para as regiões da América do Sul em meio à natureza selvagem e exuberante na América. Um possível, ainda que irreal território polonês no Brasil, balizado pela população fruto da diáspora, passava, assim, a ser uma cogitação palpável entre alguns membros da intelectualidade polonesa nacionalista.

### Considerações finais

<sup>10</sup> A Questão de Palmas foi uma querela entre os governos da Argentina e do Brasil, entre 1890 e 1895, que disputaram o território fronteiriço no atual oeste catarinense.

É fato que, diferentemente da África e Ásia, a partir do século XIX as Américas escaparam ao domínio imperial concreto, sendo que os estados não foram dominados politicamente pelas potências mundiais no último quarto daquele século. O Brasil não era uma colônia, mas as ideias do contexto do imperialismo também imperavam no país e na população europeia que chegava. A própria elite brasileira lastreada pela linearidade da história, confirmada pela ciência global europeia, considerava o país atrasado, primitivo, notadamente em função de uma presença negra e indígena imaginada como inferior e atávica. Então surgia a necessidade de trazer europeus, brancos, que viriam para “civilizar” o país, branquear a população local e criar uma raça brasileira branca e forte.

Da mesma maneira os intelectuais poloneses referiam-se aos camponeses patricios. Consideravam que os colonos emigrantes estariam também num nível inferior. Eram chamados de “miseráveis”, “batatófilos”, sem importância para a Europa, ou seja, supérfluos. Apesar disso, eram representados pelos intelectuais como superiores à população local brasileira de caboclos, negros e indígenas, e até mesmo a população de origem portuguesa, branca. De maneira que até mesmo o elemento inferior europeu, seria material suficiente para desenvolver as “terras vazias” de outros continentes.

Muitas das representações construídas

pelos intelectuais poloneses sobre o Brasil e os brasileiros, dentro do contexto imperial, das teorias do evolucionismo e darwinismo social, da noção de progresso, de tempo e história universal e do primitivismo e degenerescência dos nativos, podem também ser observadas na literatura polonesa sobre a África, o espaço exemplar do imperialismo.

A partir de Said e McClintock, buscamos inserir a intelectualidade polonesa dominada politicamente, no contexto de um pensamento eurocêntrico, uma cultura imperial, balizada na ideia de progresso, na razão científica e na hierarquização das raças humanas, em que algumas eram mais *civilizadas* e, portanto, deveriam *civilizar* as regiões de florestas, selvas e desertos dos “outros”, espaços identificados como atávicos e selvagens, desabitados e com a necessidade da presença europeia.

Em suma, essas observações esclarecem a configuração de representações sobre o Brasil e os brasileiros que deslegitimavam e até permitiam a dominação da população nativa frente o elemento adventício, sedento por terras. Com base nestes argumentos, é que surge um ideal colonial voltado à conquista, da “Nova Polônia” no Brasil, que seria fortalecido com a volta da independência polonesa no entre guerras (1918-1939).

## Referências

ARENDDT, Hannah. *As origens do totalitarismo*:

antisemitismo, imperialismo, totalitarismo. São Paulo: Companhia de bolso, 2013.

CARDOSO, Ciro Flamarion. Camponês, campesinato: questões acadêmicas, questões políticas. In.: CHEVITARESE, André Leonardo. *O campesinato na História*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

CERTEAU, Michel. *A invenção do cotidiano*. Petrópolis: Vozes, 1998.

CHARTIER, Roger. “O mundo como representação”. In: *À beira da falésia*. POA: EdUFRGS, 2003.

GUCHOWSKI, Kazimierz. *Os poloneses no Brasil: Subsídios para o problema da colonização polonesa no Brasil*. Porto Alegre: Rodycz & Ordakowski Editores, 2005.

GRITI, Isabel. *Imigração polonesa no Rio Grande do Sul: a emergência de um preconceito*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 2002.

HEMPEL, Antonio. Os poloneses no Brasil. *Anais da Comunidade Brasileiro-Polonesa*. Curitiba: Superintendência do Centenário da Imigração Polonesa ao Paraná, vol. 7, 1972 p. 11-99.

HOBSBAWM, Eric J. *Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

\_\_\_\_\_. *A era dos impérios: 1875-1914*. São Paulo: Paz e Terra, 6ª ed, 2002.

KLOBUKOWSKI, Estanislau. 1972. Recordações de viagem. *Anais da Comunidade*

*Brasileiro-Polonesa*. Curitiba:

Superintendência do Centenário da Imigração Polonesa ao Paraná, vol. 4, 1973, p. 15-107.

LESSER, Jeffrey. *A invenção da brasilidade: Identidade nacional, etnicidade e políticas de imigração* São Paulo: Editora Unesp, 2015.

MAZUREK, Jerzy. *A Polônia e seus emigrados na América Latina (até 1939)*. Goiânia: Espaço Acadêmico, 2016.

MCCLINTOCK, Anne. *Couro Imperial: raça, gênero e sexualidade no embate colonial*. Campinas: Editora Unicamp, 2010.

OLIVEIRA, Márcio de. Origens do Brasil meridional: dimensões da imigração polonesa no Paraná, 1871-1914. *Estudos Históricos*, vol. 22, n. 44, 2009. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/eh/v22n43/v22n43a12.pdf> acessado em 05/02/2018.

SAID, Edward. *Cultura e Imperialismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

SEYFERTH, Giralda. “Construindo a nação”: hierarquias raciais e o papel do racismo na política de imigração e colonização. In.: MAIO, M. C., SANTOS, R. V. (orgs). *Raça, Ciência e Sociedade*. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz/CCBB, 1996.

WACHOWICZ, Ruy Christovam. A imigração e os botocudos (Xokléng) do Taió. In: Anais do IV Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História. Colonização e migração. São Paulo: [FFCL]-USP, 1969.

\_\_\_\_\_. A “Febre Brasileira” na imigração

polonesa. In: SUPERINTENDÊNCIA DAS COMEMORAÇÕES DO CENTENÁRIO DA IMIGRAÇÃO POLONESA NO PARANÁ. *Anais da comunidade brasileiro-polonesa*. Imprimax Ltda. v. I. Curitiba, 1970. p. 29- 58, pp. 41.

\_\_\_\_\_. *O camponês polonês no Brasil: Raízes medievais da mentalidade emergente*. Curitiba, PR. Tese de Livre Docência. Universidade Federal do Paraná, 1974.

WEBER, Max. *Economia e Sociedade. Fundamentos da Sociologia Compreensiva*. Brasília: editora UNB, 3. ed. v. 1., 1994, pp. 269.

WEBER, Regina, TRINDADE Rhuan Targino Zaleski. Imigrantes poloneses no Brasil no contexto da dominação austríaca. *Revista del CESLA*, n. 19, 2016, pp. 269-289. Disponível em

<http://www.redalyc.org/pdf/2433/243349208012.pdf> acessado em 05/02/2018.